

Tutela sobre as PMs irrita governadores

Os governadores recrudesceram. O do Rio Grande do Sul, o da Bahia, o de São Paulo e o de Minas Gerais fizeram chegar sua irritação ao deputado Bernardo Cabral com a possibilidade de seu próximo anteprojeto de Constituição ampliar, ainda mais, o nível de subordinação das Polícias Militares ao Exército. Na Constituição atual, está dito que cabe à União legislar sobre "organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das PMs e condições gerais de sua convocação, inclusive, mobilização".

O parágrafo 13 do artigo 31 do primeiro anteprojeto de Cabral in-

Maciel vai à luta

Depois de quase duas horas de conversa com o presidente José Sarney, o senador Marco Maciel, presidente do PFL, suspendeu sua agenda de ontem e de hoje e foi à luta. Saiu do Palácio do Planalto, passou, rapidamente, pelo Congresso e seguiu ao encontro dos deputados Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral. Maciel e Sarney fecharam, juntos, uma proposta que mantém o presidencialismo como sistema de governo, mas reforça os poderes do Congresso. O primeiro-ministro seria indicado por Sarney, que poderia demiti-lo a seu critério. A idéia não é nova.

Capanga por decreto

No anterior, a guarda municipal cuidaria, apenas, do patrimônio municipal. No próximo anteprojeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, a guarda municipal integrará as forças de segurança do Estado, podendo atuar em áreas mais amplas, a critério dos prefeitos. "Trata-se da oficialização da capangagem", acusa o deputado Antônio Brito (PMDB-RS). Cada prefeito, simplesmente, poderá criar sua própria guarda, o que irá produzir, no mínimo, conflitos de competência — e, no máximo, o uso legal da força armada contra adversários políticos.

clui, entre as competências da União, a de "organizar e manter (...) a Polícia Militar". A subordinação das PMs aos governadores ficou explicitada no parágrafo 1º do artigo 194 do anteprojeto. Cabral está inclinado a definir as PMs, no anteprojeto que divulgará amanhã, como "órgãos auxiliares do Exército", cabendo à União legislar sobre convocação, provimento, instrução específica, efetivos e material bélico de seu uso.

Foi o senador José Richa (PMDB-PR), amigo do ministro do Exército, quem atuou junto a Cabral para que altere sua proposta anterior quanto a isso. Se o relator da Constituinte o fizer, terá aceito, com pequenas diferenças, a sugestão original do Ministério do Exército, apresentada em publicação oficial assinada pelo Centro de Comunicação Social do Exército. Ali foi dito:

"Compete à União: organização, efetivos, material bélico, instrução, justiça e garantia das Polí-

Estabilidade em termos

O deputado Bernardo Cabral incorporou anteprojeto ao seu próximo projeto de Constituição emenda redigida pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) sobre estabilidade no emprego. Ela estará assegurada ressalvada sete hipóteses: falta grave, contrato com prazo definido de até dois anos, no período de experiência de 3 meses, problemas econômicos intransponíveis, no caso de trabalhador avulso, na pequena empresa com até dez empregados e para preenchimento de cargo de confiança. No anteprojeto anterior, a estabilidade era garantida vagamente, sem ressalvas.

cias Militares e condições gerais de sua convocação, inclusive, mobilização. (...) As Polícias Militares são consideradas forças auxiliares, reservas do Exército."

É possível que a reação dos governadores obrigue Cabral a encontrar um meio-termo entre o que eles desejam e o que quer o ministro do Exército. Cabral é muito sensível a questões do interesse militar. A anistia que ele propôs no último anteprojeto foi previamente combinada, em toda sua extensão, com o ministro do Exército. O artigo que define o emprego legal das Forças Armadas foi revisto porque sua redação no anteprojeto de Constituição anterior não agradou ao ministro.

Diminui o nível de preocupação do ministro do Exército com a Constituinte, que ele chegou a julgar estar dominada por uma minoria atuante e, naturalmente, belicosa. O ministro, agora, quer ver derrotada a proposta do parlamentarismo.

40 horas ou nada

Os líderes sindicais que anteprojeto se reuniram com o deputado Bernardo Cabral provaram do estilo hábil do relator da Constituinte. Alguns saíram do encontro certos de que Cabral lhes garantiria adotar no seu novo anteprojeto de Constituição a jornada de 40 horas semanais de trabalho. Outros saíram achando o contrário. Se as 40 horas não forem possíveis, os líderes cobraram de Cabral a retirada das 8 horas diárias de trabalho referidas no seu anteprojeto anterior. Algumas categorias conseguiram carga horária menor que essa. É o caso das telefonistas, por exemplo.

Pinga-fogo

■ Chegam a seis os esboços produzidos até agora pelo deputado Bernardo Cabral para seu próximo projeto de Constituição. Há artigos que já entraram, saíram e tornaram a entrar mais de uma vez.

■ Última forma: Cabral informou ao senador Marco Maciel que manterá a reforma agrária nos termos da proposta do seu projeto anterior. Ou seja: a imissão na posse da terra permanece imediata. É de se ver.

■ O deputado Euclides Scalco não dividirá com ninguém a liderança do PMDB na Constituinte, que assumiu na vaga do senador Mário Covas, hospitalizado em São Paulo. "Liderança não se divide", garante Scalco.

■ Com parlamentarismo ou sem ele, o ministro Celso Furtado, da Cultura, cogita de deixar o cargo tão logo seja promulgada a nova Constituição. Acha

que seu compromisso com a Nova República termina aí.

■ O caso das calcinhas distribuídas como brinde de Natal ocorreu no governo Figueiredo, não neste.

■ Os parlamentaristas na Comissão de Sistematização ainda são maioria, segundo o deputado Prisco Viana. Ganhariam, hoje, por 4 votos. O problema é que não se unem em torno de um só modelo.

■ A integração latino-americana deverá ser prioridade da política externa brasileira, segundo sugestão do ex-governador Franco Montoro, aceita e incorporada ao projeto de constituição do deputado Bernardo Cabral.

■ Do "Radical de Araxá": "Quem? Ulysses? Mente há 22 anos. Não vale um único voto".

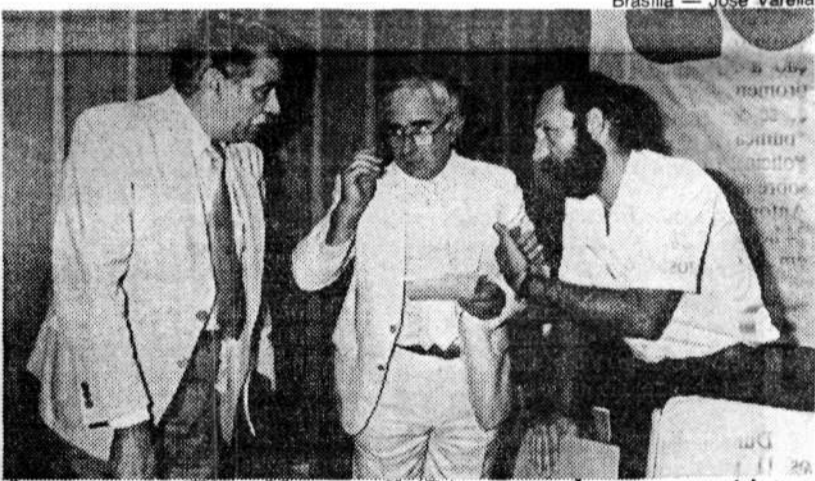
Ricardo Noblat

Campanha das diretas cancela três comícios

BRASÍLIA — Está perdendo fôlego a campanha por eleições diretas em 1988. A comissão nacional do movimento cancelou os comícios de São Luís, Natal e Fortaleza, previstos para o final do mês e início de outubro. Integrantes do PT, PC do B, PDT, PSB e MUP do PMDB admitiram que não há empolgação popular e que as lideranças e militantes não se entendem, mas alegaram que o cancelamento das três concentrações deve-se a coincidência das datas com o período de votação do anteprojeto da Constituição na Comissão de Sistematização. Em princípio, estão mantidos os comícios previstos para Goiânia, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

A decisão do presidente do PDT, Leonel Brizola, de não mais subir aos palanques com defensores das diretas com parlamentarismo determinou o cancelamento dos comícios de São Luís, Fortaleza e Natal. Os desentendimentos entre os partidos que conduzem a campanha começam a preocupar as lideranças. "Conseguimos na Constituinte unificar nossas posições e obtivemos sucesso nas nossas investidas por causa dessa unidade. Os comícios estão se tornando focos para os rachas históricos entre os partidos de esquerda. É melhor não insistirmos para não perdermos o que já conquistamos", disse o deputado Luís Salomão (PDT-RJ).

Salomão adiantou que, no domingo, o PDT reunirá o diretório nacional no Rio, para decidir se abandona ou não a campanha das diretas. Informou que a tendência é pelo abandono. "Ainda participaremos do comício marcado para Goiânia, no dia 23, mas provavelmente será o último." O ponto de discordância das esquerdas é principalmente o sistema de governo. PDT e PT defendem o presidencialismo e os demais partidos o parlamentarismo.



Joaquinzão (E) e Meneguelli (D) concordam nas críticas

CUT e CGT reconhecem desempenho deficiente

BRASÍLIA — Os presidentes das duas maiores centrais sindicais do país, Jair Meneguelli, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e Joaquim Andrade dos Santos, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), reconheceram, em autocrítica pública, feita durante simpósio sobre os direitos do trabalhador na Constituição, realizado na Câmara dos Deputados, que o movimento sindical brasileiro trabalhou mal e permitiu que empresários e ruralistas tivessem maior poder de influência na elaboração do atual texto constitucional.

Segundo Meneguelli, "o movimento sindical não se empenhou nos trabalhos da Constituição e falhou antes e durante o processo de elaboração da nova Carta". Observou que ainda há tempo para corrigir as falhas, depois de ressaltar, mais de uma vez, que os sindicalistas "trabalharam mal e porocamente".

Joaquim Andrade dos Santos, o Joaquinzão, reconheceu, também, durante o simpósio, a omissão do movimento sindical. Para ele, no entanto, as causas são outras. Citou a divisão do movimento

sindical brasileiro, hoje polarizado entre se os seguidores da CUT e da CGT, como a principal causa da falta de poder de pressão demonstrado na Constituinte. "O trabalhador tem se perdido muito e divergido em questões pequenas, o que nos impossibilita de alcançarmos a unidade", observou o presidente da CGT.

□ O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), entidade ligada aos sindicatos de trabalhadores, vai publicar, quando a nova Constituição estiver pronta o "Quem foi quem na Constituinte", registrando o comportamento de todos os deputados e senadores nas principais questões políticas, econômica e sociais. O livro, que terá cerca de 600 páginas, segundo a previsão do Diap, será acompanhado de 26 fascículos, com a análise em separado da atuação das bancadas dos estados, territórios e Distrito Federal.

Brasília — José Varella